

de 18 de Dezembro, republicado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, para o concurso A, e no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho, para o concurso B.

9 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente da Junta de Freguesia de Alagoa, Rua da Fontinha, 2-A, 7300-301 Alagoa, o qual, bem como a documentação que o deva acompanhar, poderá ser entregue pessoalmente na Secretaria da Junta de Freguesia de Alagoa, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado, no qual deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade, estado civil, profissão, residência, código postal, e telefone, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu e número de contribuinte fiscal);

b) Habilitações literárias;

c) Identificação do concurso a que se candidata, assim como do Diário da República em que foi publicado o presente aviso;

d) Quaisquer circunstâncias susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal e, neste caso, devidamente comprovadas.

9.1 — Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados obrigatoriamente, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Fotocópia do bilhete de identidade e do número fiscal de contribuinte;

b) Documento comprovativo das habilitações literárias;

c) Documentos que considerem relevantes para apreciação do seu mérito;

d) Fotocópia da carta de condução no caso do concurso B.

Deverá ainda ser acompanhado da documentação que comprove os requisitos gerais exigidos no n.º 7 deste aviso, podendo a mesma ser substituída por declaração no requerimento, sob compromisso de honra, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a cada um dos requisitos, salvo quanto à alínea c) do referido n.º 7.

9.2 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreveu, a apresentação dos documentos comprovativos das suas declarações.

9.3 — A apresentação ou a entrega de documento falso implica, para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a participação à entidade competente para procedimento disciplinar e penal, conforme os casos.

10 — Método de selecção — nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, são adoptados os seguintes métodos de selecção:

10.1 — Prova de conhecimentos:

Concurso A — auxiliar administrativo — prova escrita de conhecimentos gerais, valorizada de 0 a 20 valores, com a duração de quarenta e cinco minutos que incidirá sobre:

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, ratificado com alteração pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, alterado pelo artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio — regime de faltas, férias e licenças;

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro — Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local; Decreto-Lei n.º 442/91, de 5 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro — Código do Procedimento Administrativo;

Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro — estabelece o quadro de transferências e atribuições e competências para as autarquias locais;

Concurso B — auxiliar de serviços gerais — prova de conhecimentos práticos valorizada de 0 a 20.

10.2 — Entrevista profissional de selecção — com a duração de quinze minutos — visa avaliar numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, mediante a ponderação de parâmetros adequados ao perfil do cargo a prover.

11 — A classificação final dos candidatos pela aplicação dos métodos de selecção a que refere o n.º 10, deste aviso, será expressa de 0 a 20 valores, considerando-se excluídos os que tiverem classificação inferior a 9,5 valores e efectuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PC + EPS}{2}$$

em que:

CF — classificação final;

PC — prova de conhecimentos;

EPS — entrevista profissional de selecção.

12 — Os critérios de apreciação e ponderação a utilizar na aplicação da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitado [alínea g) do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho].

13 — Os candidatos admitidos serão notificados do dia e da hora da aplicação dos métodos de selecção nos termos previstos no n.º 2 do artigo 34.º e no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — A relação dos candidatos admitidos e a notificação dos excluídos e a lista de classificação final serão efectuadas nos termos e prazos previstos nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

15 — Da exclusão do concurso e da homologação da lista de classificação final cabe recurso, a interpor nos termos e prazos previstos nos artigos 43.º e 44.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 29 de Junho.

16 — O júri terá a seguinte composição (concursos A e B):

Presidente — Manuel de Jesus Nicolau Marques, presidente da Junta de Freguesia.

Vogais efectivos:

João Manuel Batista Vivas e Maria José Mourato Vivas Bicho, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos (membros do executivo da Junta de Freguesia).

Vogais suplentes:

Alfredo Mirrado Caixeiro e David Martins Calhaço, membros da Assembleia de Freguesia.

17 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 3 de Fevereiro, e para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência devem declarar, no respectivo requerimento, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência e, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do citado diploma, os mesmos têm preferência, em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

18 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Em tudo o que não esteja previsto no presente aviso, aplicam-se as regras constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

29 de Janeiro de 2007. — O Presidente, *Manuel de Jesus Nicolau Marques*.

1000310676

## JUNTA DE FREGUESIA DE NEVOGILDE

### Aviso n.º 2985/2007

Torna-se público que esta Junta de Freguesia, na sua reunião de 18 de Outubro de 2006, deliberou renovar o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, nos termos da alínea f) do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com efeitos a partir de 2 de Novembro, de António José da Cunha Ferreira, na categoria de cozinheiro.

1 de Fevereiro de 2007. — O Presidente, *João Luís de Mariz Rozeira*.

3000225231

## JUNTA DE FREGUESIA DE POMBAL

### Edital n.º 158/2007

#### Brasão, bandeira e selo

Adolfo Manuel Videira, presidente da Junta de Freguesia de Pombal, do município de Alfândega da Fé, torna pública a ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da freguesia de Pombal, do município de Alfândega da Fé, tendo em conta o parecer emitido em 15 de Fevereiro de 2005 pela Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e que foi estabelecido, nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, sob proposta desta Junta de Freguesia, em sessão do plenário de freguesia de 28 de Dezembro de 2006:

Brasão — escudo púrpura, pombal de ouro aberto do campo, entre duas pombas voantes de prata, animadas de vermelho, bicadas e san-

cadadas de ouro, a da sinistra voltada, em chefe, e uma fonte heráldica em ponta. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco com a legenda a negro «Pombal — Alfândega da Fé»;

Bandeira — amarela. Cordão e borlas de ouro e púrpura. Haste e lança de ouro;

Selo — nos termos da lei, com a legenda «Junta de Freguesia de Pombal — Alfândega da Fé».

4 de Fevereiro de 2007. — O Presidente, *Adolfo Manuel Videira*.  
3000225298

## JUNTA DE FREGUESIA DE SAMÕES

### Edital n.º 159/2007

#### Ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo

Fernando António Costa Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Samões, do município de Vila Flor, torna pública a ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da freguesia de Samões, do município de Vila Flor, tendo em conta o parecer emitido em 28 de Setembro de 2006 pela Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e que foi estabelecido, nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, sob proposta desta Junta de Freguesia, em sessão da Assembleia de Freguesia de 22 de Dezembro de 2006:

Brasão — escudo de negro, dois ramos de oliveira de ouro, frutados do mesmo, alinhados em faixa; em chefe, cruz da Ordem de Malta e, em campanha, fonte heráldica de prata e azul. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco, com a legenda a negro «Samões».

Bandeira — branca. Cordão e borlas de prata e negro. Haste e lança de ouro.

Selo — nos termos da lei, com a legenda «Junta de Freguesia de Samões — Vila Flor».

29 de Janeiro de 2007. — O Presidente, *Fernando António Costa Teixeira*.

1000309440

## JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS

### Aviso n.º 2986/2007

1 — Para os devidos efeitos se faz saber que, de harmonia com a deliberação da Junta de Freguesia de 25 de Janeiro e nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, se encontram abertos, pelo prazo de cinco dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, os seguintes concursos internos de acesso limitado:

Referência n.º 1 — um lugar para assistente administrativo principal;  
Referência n.º 2 — um lugar para assistente administrativo especialista;

Referência n.º 3 — dois lugares para operário qualificado principal — jardineiro;

Referência n.º 4 — um lugar para operário qualificado principal — trolha.

2 — O concurso é válido para as vagas postas a concurso, caducando com o seu preenchimento.

3 — O conteúdo funcional:

Referências n.ºs 1, 2 e 3 — o definido no despacho n.º 33/88, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 26 de Janeiro de 1989;  
Referência n.º 4 — o definido no despacho n.º 1/90, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 27 de Janeiro de 1990.

4 — O local de trabalho situa-se na freguesia de Santo António dos Cavaleiros.

5 — Remuneração base:

Referência n.º 1 — correspondente ao escalão 1, índice 222, do novo sistema retributivo, que actualmente se cifra em € 725,39;  
Referência n.º 2 — o correspondente ao escalão 1, índice 269, do novo sistema retributivo, que actualmente se cifra em € 878,96;  
Referências n.ºs 3 e 4 — o correspondente ao escalão 1, índice 204, do novo sistema retributivo, que actualmente se cifra em € 666,57.

6 — Formalização das candidaturas:

6.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Cavaleiros, Praceta de António Corte Real, Torre 3, Santo António

dos Cavaleiros, e entregue na secretaria da Junta ou remetido pelo correio, dele devendo constar:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, idade, número e data do bilhete de identidade e ainda o serviço de identificação que o emitiu, residência e código postal);

b) Identificação do concurso a que se candidata, bem como do *Diário da República* em que se encontra publicado;

c) Eventuais circunstâncias que o candidato entenda serem relevantes para a apreciação do seu mérito ou constituírem motivo de preferência legal.

6.2 — Os requerimentos de admissão deverão ser obrigatoriamente acompanhados de *curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado.

6.3 — É dispensada a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos exigidos para admissão ao concurso, desde que os candidatos declarem nos respectivos requerimentos, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que encontrem em relação a cada um dos requisitos gerais de admissão e para o lugar de acesso em causa no presente concurso.

7 — Requisitos gerais de admissão — os definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Requisitos especiais de admissão — encontrar-se nas condições exigidas na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/85, de 18 de Dezembro.

8 — Métodos de selecção:

8.1 — Avaliação curricular (AC) — a determinação da avaliação curricular será classificada de 0 a 20 valores e efectuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HL + FP + EP}{3}$$

8.2 — Valorização das habilitações literárias (HL) — habilitação académica (nota final do curso da habilitação legalmente exigida. Por cada grau académico suplementar acrescem 2 valores, até ao limite de 20 valores).

8.3 — Valorização da formação profissional (FP):

Sem acções de formação — 0 valores;

Até vinte e uma horas ou três dias — 10 valores;

De vinte e duas a quarenta e duas horas ou seis dias — 14 valores;

De quarenta e três a sessenta e três horas ou nove dias — 17 valores;

Mais de sessenta e três horas — 20 valores.

8.4 — Valorização da experiência profissional (EP):

Até três anos — 10 valores;

Superior a três anos — 1 valor por cada ano a mais, até no máximo 20 valores.

9 — A lista de classificação final será notificada aos interessados nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conforme as situações ali previstas.

10 — A relação dos candidatos, admitidos e excluídos, bem como a lista de classificação final, serão afixadas na sede da Junta de Freguesia.

11 — O júri será constituído pelos seguintes elementos:

Presidente — Glória Maria Trindade Simões, presidente da Junta de Freguesia.

Vogais efectivos:

Hugo Ricardo Pinto Bernardino, secretário da Junta.

José Henriques Custódio, tesoureiro da Junta.

Vogais suplentes:

Maria José Rolo Nunes Pegado Godinho, vogal da Junta.

Hugo Rafael Roque Faria, vogal da Junta.

Na ausência do presidente do júri, caberá ao 1.º vogal efectivo assegurar as funções.

29 de Janeiro de 2007. — A Presidente, *Glória Maria Trindade Simões*.

1000310524

## JUNTA DE FREGUESIA DE TEBOSA

### Edital n.º 160/2007

#### Brasão, bandeira e selo

Francisco António da Cruz Araújo, presidente da Junta de Freguesia de Tebosa, do concelho de Braga, torna pública a ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da freguesia de Tebosa, tendo